

Entrevista nº 192

Entrevistado: José Guilherme Vasi Werner.

Cargo: Juiz de Direito.

Data: 25 de novembro de 2024.

Local: Salão Nobre do Antigo Palácio da Justiça,
Rio de Janeiro.

Entrevistador: Gilmar de Almeida Sá.

Roteiro: Giuliano de Miranda Junior e Gilmar de
Almeida Sá.

Sumário: Giuliano de Miranda Junior.



Sumário

Início da entrevista:

Agradecimentos ao Programa de História Oral;

Importância institucional do registro das memórias dos Juizados Especiais;

Relação entre a iniciativa do programa e a pesquisa de doutorado do entrevistado;

Avaliação dos Juizados Especiais como experiência singular do Judiciário fluminense.

Vida pessoal e formação:

Infância no Rio de Janeiro;

Influência familiar e trajetória da mãe advogada;

Experiência inicial na Geologia e na Engenharia;

Ingresso na Faculdade de Direito da UERJ;

Atuação como estagiário e advogado no escritório Pinheiro Neto Advogados;

Decisão de seguir a carreira da magistratura;

Influência de Carlos Alberto Menezes Direito e Carlos Gustavo Direito.

Formação jurídica e contexto histórico:

Vivência universitária durante a redemocratização;

Impacto da Constituição de 1988 sobre a formação acadêmica;

Polarização política das eleições presidenciais de 1989;

Expectativas em torno da nova ordem constitucional.

Concurso e ingresso na magistratura:

Preparação para o concurso da magistratura;

Experiência na EMERJ e no CEPAD;

Ingresso na magistratura em 1998;

Processo de vitaliciamento;

Atuação inicial em varas cíveis, criminais e de família;

Avaliação de sentenças e formação prática.

Primeiros anos nos Juizados Especiais:

Designação para o Juizado Especial Cível de Campo Grande;

Atuação ao lado da juíza Regina Vaz de Rezende;

Transferência para os Juizados do Centro do Rio;

Experiência no 1º Juizado Especial Cível;
Parceria profissional com Eduardo Oberg;
Volume intenso de audiências e sentenças;
Ausência inicial da figura do juiz leigo.

Demandas emblemáticas nos Juizados:

Decisão envolvendo limitação de juros da Credicard;
Debates constitucionais sobre limitação de juros;
Impacto das decisões dos Juizados sobre o sistema judicial;
Ações relativas aos “pulsos excedentes” da telefonia;
Demandas envolvendo instalação de linhas telefônicas da TELERJ;
Massificação das ações de consumo;
Ampliação do acesso à justiça por meio dos Juizados.

Crescimento dos Juizados e explosão da demanda:

Popularização dos Juizados Especiais;
Aumento exponencial da litigiosidade;
Engarrafamento processual;
Respostas administrativas do Tribunal de Justiça.

Processo eletrônico e virtualização:

Tentativa de implantação do Juizado Virtual na Ilha do Governador;
Participação da administração do desembargador Miguel Pachá;
Limitações iniciais da virtualização processual;
Críticas à mera transposição do papel para o meio eletrônico;
Defesa da automação integral do fluxo processual;
Dificuldades de integração entre operadores do Direito e analistas de sistemas;
Implementação do PJE nos Juizados Especiais.

Juízes leigos:

Sobrecarga estrutural dos Juizados;
Experiência de visitas a outros estados para estudo da figura do juiz leigo;
Participação da desembargadora Ana Maria, Cristina Gaulia e Flávio Citro;
Atuação do desembargador Sergio Cavalieri Filho;
Receios iniciais quanto à insegurança jurídica;
Necessidade de alinhamento entre juiz togado e juiz leigo;
Capacitação pela EMERJ;
Exigência posterior de concurso público;
Regulamentação nacional da função pelo CNJ;
Importância estrutural dos juízes leigos para o funcionamento atual dos Juizados.

Encontros dos Juizados Especiais:

Importância institucional dos encontros de magistrados;
Debates coletivos sobre interpretação da Lei dos Juizados;
Construção de soluções práticas para lacunas processuais;
Criação e votação de enunciados;

Participação igualitária entre juízes e turmas recursais;
Busca por uniformização procedimental;
Experiência dos encontros do Rio de Janeiro como referência nacional.

FONAJE:

Origem do Fórum Nacional dos Juizados Especiais;
Diferenças entre os encontros nacionais iniciais e o modelo posterior;
Participação dos coordenadores estaduais;
Ampliação democrática do processo deliberativo;
Influência da experiência fluminense sobre o FONAJE;
Papel do desembargador Thiago Ribas Filho na articulação nacional dos Juizados.

Pesquisa acadêmica e tese de doutorado:

Interesse pela análise sociológica das instituições judiciais;
Pesquisa anterior sobre o CNJ e o campo judiciário;
Ingresso no doutorado em História Política e Bens Culturais da FGV;
Experiência no CPDOC e no curso de História Oral;
Contato com a obra de Pierre Bourdieu;
Discussões metodológicas sobre fontes orais e documentais.

Isomorfismo nos Juizados Especiais:

Definição do conceito de isomorfismo institucional;
Aproximação teórica entre administração, sociologia e história institucional;
Pressões para assimilação dos Juizados às varas cíveis;
Debates da Constituinte sobre o modelo dos Juizados;
Incorporação dos Juizados ao Poder Judiciário estadual;
Transferência de práticas e mentalidades das varas cíveis para os Juizados;
Reflexões sobre perda de especificidade do sistema dos Juizados Especiais.

Encerramento:

Agradecimentos e despedida.